ISSN 2525-4812 (versão online)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 9/3/2021
Aprovado em: 5/3/2021
Período de publicação: jan./jun. 2022

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 7 • n. 18 • Jan./Jun. 2022)

Como citar o artigo:

CARVALHO, L. G.; NASCIMENTO, R. M. C.; CHÊNE, S. G. B.; NASCIMENTO, V. B. Para uma doença emergente, uma organização insurgente: experiências quilombolas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Pará. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 18, p. 145-160, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2022v7i18p145-160

PARA UMA DOENÇA EMERGENTE, UMA ORGANIZAÇÃO INSURGENTE

EXPERIÊNCIAS QUILOMBOLAS DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO PARÁ

Luciana Gonçalves de Carvalho[1]
Raimundo Magno Cardoso Nascimento[2]
Sérgio Gabriel Baena Chêne[3]
Veridiana Barreto Nascimento[4]

Resumo: Os fenômenos abordados neste artigo fazem parte do processo de enfrentamento da pandemia de Covid-19 por parte da população quilombola do estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil. Trata-se, em linhas gerais, de analisar como a Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo (Malungu) e um núcleo universitário têm acionado as mídias sociais em favor de estratégias de autogestão territorial e da implantação de um sistema comunitário de vigilância em saúde.

Palavras-chave: quilombos, mídias sociais, território, covid-19.

[1] Socióloga, doutora em Sociologia e Antropologia, professora associada da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), onde atua nos cursos de bacharelado em Antropologia, mestrado em Ciências da Sociedade (PPGCS/Ufopa) e doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND/Ufopa), docente permanente do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA), pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca/Ufopa) e do grupo de pesquisa Diversidade cultural, território e novos direitos na Amazônia, Santarem, PA.
E-mail: luciana.carvalho@ufopa.edu.br
https://orcid.org/0000-0001-7916-9092

[2] Administrador, mestre em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais, quilombola da comunidade África, de Moju (PA), consultor de projetos da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu).
E-mail: rm_mojuense@yahoo.com.br; filhodequilombo@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-3540-4964

[3] Antropólogo, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal do Oeste do Pará (PEEX/Ufopa), atuando no Sacaca/Ufopa com criação de conteúdo, fotografia, design gráfico e produção audiovisual.
E-mail: gabrielcbaena@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-0677-1941

[4] Enfermeira, mestre em Ciências da Saúde (USPCV), doutoranda em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND/Ufopa), professora do Colegiado de Enfermagem da Universidade Federal do Amapá (Unifap), Oiapoque, AP.
E-mail: veridianaiespes@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-4655-9670

FOR AN EMERGING DISEASE, AN INSURGENT ORGANIZATION: QUILOMBOLAS EXPERIENCES IN COPING WITH THE COVID-19 PANDEMIC IN PARÁ

Abstract: The phenomena addressed in this article are part of the process of facing the Covid-19 pandemic by the *quilombola* population of the state of Pará, located in the northern region of Brazil. In general, it is a question of analyzing how the State Coordination of the Associations of the Remaining Communities of Quilombo (Malungu) and a university nucleus have activated social media in favor of territorial self-management strategies and the implementation of a community surveillance system in health..

Keywords: black rural communities, social media, territory, covid-19.

Introdução

Os fenômenos abordados neste artigo fazem parte do processo de enfrentamento da pandemia de Covid-19 por parte da população quilombola do estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil. Trata-se, em linhas gerais, de analisar como mais de 500 comunidades remanescentes de quilombo, com cerca de 400 mil habitantes no total, vêm lidando coletivamente para evitar e minimizar os severos impactos, diretos e indiretos, da referida doença sobre sua saúde, cultura e economia, bem como nos planos da vida individual, familiar e comunitária.

Os esforços contra o alastramento do novo coronavírus têm sido articulados pela Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo (Malungu) com a colaboração de uma série de entes parceiros, entre os quais o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedade Amazônicas, Cultura e Ambiente da Universidade Federal do Oeste do Pará (Sacaca/UFOPA). As ações analisadas neste artigo são frutos dessa parceria, iniciada em abril em 2020, com o objetivo de produzir e circular informações sobre a Covid-19 em linguagens e suportes culturalmente apropriados às comunidades quilombolas, por meio de redes sociais como WhatsApp, Facebook, Instagram e Twitter.

Em uma perspectiva abrangente, os fenômenos associados às interações proporcionadas pela rede mundial de computadores conformam o que Lévy (1999) chamou de cibercultura, grosso modo, uma cultura do ciberespaço, onde operam redes sociotécnicas constituídas por elementos humanos e não-humanos, de acordo com Latour (1994). Da mesma forma que desfaz qualquer oposição entre o virtual e o real (LÉVY, 1996), o ciberespaço dá vida aos elementos não humanos tão logo eles sejam movimentados, para usar uma expressão de Ingold (2012).

> O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p. 16-17).

Na medida em que os processos de engajamento nesse espaço são permeados de conteúdos socioculturais, distintamente concebidos e vivenciados pelos vários atores que nele participam,

é inevitável que as redes sociais formadas no ciberespaço reflitam diferenças e controvérsias. É compreensível, portanto, que ele venha se constituindo, cada vez mais, como uma "[...] ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques" (CASTELLS, 2003, p. 114).

Com efeito, disputas nas redes sociais são frequentes e intensas, e muitas pessoas, grupos e movimentos sociais as vêm utilizando para expressar apoio ou desacordo em relação projetos políticos e a atitudes de autoridades e governos, por exemplo (GONÇALVES, 2017). Dessa maneira, a sociedade em rede, como chama Castells (2003), tem mobilizado permanentemente as tecnologias de informação e comunicação para se articular social e politicamente, produzindo novas formas de organização, manifestação e ação coletiva.

> Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela Internet. O mesmo pode ser dito do movimento ambiental, o movimento das mulheres, vários movimentos pelos direitos humanos, movimentos de identidade étnica, movimentos religiosos, movimentos nacionalistas e dos defensores/proponentes de uma lista infindável de projetos culturais e causas políticas. (CASTELLS, 2003, p. 142-143).

Se o uso de redes sociais já sobressaía na vida cotidiana de grande parte da população brasileira, apesar das insuficiências da política de inclusão digital no país (BARGAS, 2018), o recurso a aplicativos de comunicação virtual intensificou-se notoriamente no contexto de distanciamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus (XAVIER *et al.*, 2020). Conforme relatos de Carvalho *et al.* (2020), a comunicação através da internet cresceu com o advento da Covid-19 no Brasil, inclusive, no âmbito de comunidades tradicionais e de suas entidades representativas, a exemplo das comunidades quilombolas, pesqueiras e de fundos e fechos de pasto da Bahia.

> A internet já vem sendo utilizada pelas organizações em suas formas rotineiras de comunicação. Em um contexto de isolamento social a internet passa a ser uma ferramenta ainda mais utilizada por lideranças de várias regiões, que aprendem a ver nas redes sociais, nas tecnologias que permitem reuniões amplas, uma possibilidade de partilhar conhecimentos, refletindo questões que são relevantes para cada um nestes tempos de pandemia. (CARVALHO *et al.*, 2020, p. 921).

A situação vivenciada na Bahia repete-se no Pará e em outros estados do Norte, como se depreende de relatos de experiências coligidos por Almeida *et al.* (2020). Na região amazônica, as distâncias e características geográficas dificultam o acesso à maior parte das comunidades tradicionais, geralmente localizadas em áreas rurais e ribeirinhas. No contexto pandêmico, a utilização da internet e das redes sociais tornou-se ainda mais importante para promover encontros familiares, reuniões e até celebrações religiosas, criando e fortalecendo laços sociais entre indivíduos e grupos apartados por distâncias geográficas e/ou medidas restritivas a deslocamentos.

Na experiência da Malungu e do Sacaca, o recurso a aplicativos de comunicação on-line mostrou-se fundamental para viabilizar a articulação e a coordenação de ações de enfrentamento da Covid-19 nas comunidades quilombolas do estado. Ademais, o uso de mídias sociais foi essencial para distribuir materiais informativos dirigidos especificamente a essas comunidades, bem como para dar publicidade a atividades, decisões e problemas que as afetam. Dessa maneira, a internet tornou-se um espaço privilegiado da luta quilombola por direitos, dando vazão a

demandas que, embora estivessem originalmente focadas em uma questão emergente de saúde pública, ganharam maiores proporções e alimentaram movimentos insurgentes de autogestão dos territórios quilombolas do Pará.

Uma doença emergente

A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), também conhecida como SARS – da expressão em língua inglesa *Severe Acute Respiratory Syndrome* – foi identificada pela primeira vez em 2003, na China (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020), mesmo país onde o novo coronavírus foi encontrado em meados de dezembro de 2019, especificamente na cidade de Wuhan (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020). Denominado SARS-CoV-2, esse agente patogênico alcançou todos os continentes nos meses iniciais de 2020, alastrando-se de maneira veloz por diversos países, principalmente da Ásia e da Europa.

Popularmente chamada Covid-19, a doença provocada pelo novo coronavírus pode ser assintomática ou manifestar-se em uma variedade de acometimentos, que vão desde quadros gripais amenos até a insuficiência respiratória aguada, capaz de levar a óbito (ÁVILA *et al.*, 2020). Faial e Faial (2020, p. 224-225) caracterizam-na como:

> [...] uma infecção viral com manifestação clínica variável mesclando sintomas respiratórios e inespecíficos tais como febre, cefaleia, hemoptise, náusea, vômito, diarreia, anosmia. Logo sua apresentação é diversificada sendo que a grande maioria dos infectados é assintomática ou apresenta sintomatologia leve. Porém um subgrupo de pacientes evolui com acometimento pulmonar, em 10% a 15% dos casos, podendo cursar com tosse seca, dispneia, pneumonia intersticial bilateral, síndrome da angústia respiratória, carecendo de suporte ventilatório, o que pode levar à falência de múltiplos órgãos e à morte.

Devido às altas taxas de transmissibilidade e letalidade apresentadas pela doença emergente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a existência da pandemia de Covid-19 em 11 de março de 2020 (BRASIL *et al.*, 2020). Nessa data, já se somavam cerca de "[...] 118.000 casos distribuídos em 114 países, com 4.291 mortes" (SANT'ANNA *et al.*, 2020, p. 13).

No Brasil, a primeira ocorrência da doença foi registrada em 26 de fevereiro de 2020, e a origem da contaminação do paciente foi rastreada até a Europa. Poucos dias depois, porém, começaram a ser confirmados registros de transmissão comunitária – isto é, de contaminações cuja origem não pode ser estabelecida em um local determinado. Desde então, o país tem assistido à escalada da Covid-19 em todo o território nacional (SANAR, 2021).

De início, as metrópoles do Sudeste, especialmente São Paulo, despontaram no cenário brasileiro como focos principais da doença. Os números ascendentes de contaminações na região mais urbanizada e industrializada do Brasil, assim como as formas de prevenção e tratamento da Covid-19, ganharam espaço no noticiário nacional. Manter o distanciamento social, usar máscaras e higienizar (mãos, superfícies, sacolas de mercado, maçanetas e uma vasta série de objetos) tornaram-se as palavras de ordem para a população brasileira, repetidas diuturnamente por profissionais da saúde e da imprensa.

Dos veículos de comunicação, as informações e orientações relativas à prevenção e ao tratamento da Covid-19 passaram a reverberar nas interlocuções cotidianas – em grande parte alteradas por medidas restritivas a deslocamentos e contatos físicos. Com a evitação de interações diretas, os contatos interpessoais foram substituídos, tanto quanto possível, por encontros mediados por tecnologias digitais que exploram diversas funcionalidades da internet. Em curto prazo, a pandemia de Covid-19 implicou a adoção de novos hábitos em diversos grupos sociais, sobretudo em zonas mais urbanizadas. Como diferentes pesquisadores da saúde e de outras áreas de conhecimento vêm notando,

> [...] a pandemia do COVID-19 representa a mais grave crise de saúde que o mundo moderno enfrenta, resultando em esforços sem precedentes para conter essa pandemia e suas consequências. É necessário ressaltar que a pandemia do COVID-19 está afetando todos os aspectos da saúde e também da sociedade, incluindo mudanças significativas de hábitos de vida da população. (ÁVILA *et al.*, 2020, p. 27).

Enquanto grandes cidades se fechavam, em áreas interioranas da Amazônia parte da população ainda se indagava se o vírus seria capaz de proliferar em vilas, comunidades e aldeias recônditas, dados o relativo afastamento dos centros urbanos e os modos de vida locais. Em relação aos povos indígenas, por exemplo, um médico atuante na região, citado por Verdum (2020, p. 276), ponderou que "[...] acesso ao ar puro, fontes de água natural, uma rica medicina tradicional, espaços mais amplos, e maior distanciamento entre as casas" poderiam contribuir para que a maioria dos indígenas se mantivesse em melhores condições de enfrentamento da pandemia. Mesmo em Santarém, terceira maior cidade do Pará, o prefeito, que é também médico, declarou-se esperançoso de que o calor tropical amenizasse os riscos de infecção pelo coronavírus. Segundo reportagem de Gama (2020), para o site de notícias UOL, o prefeito teria publicado em rede social esta tese:

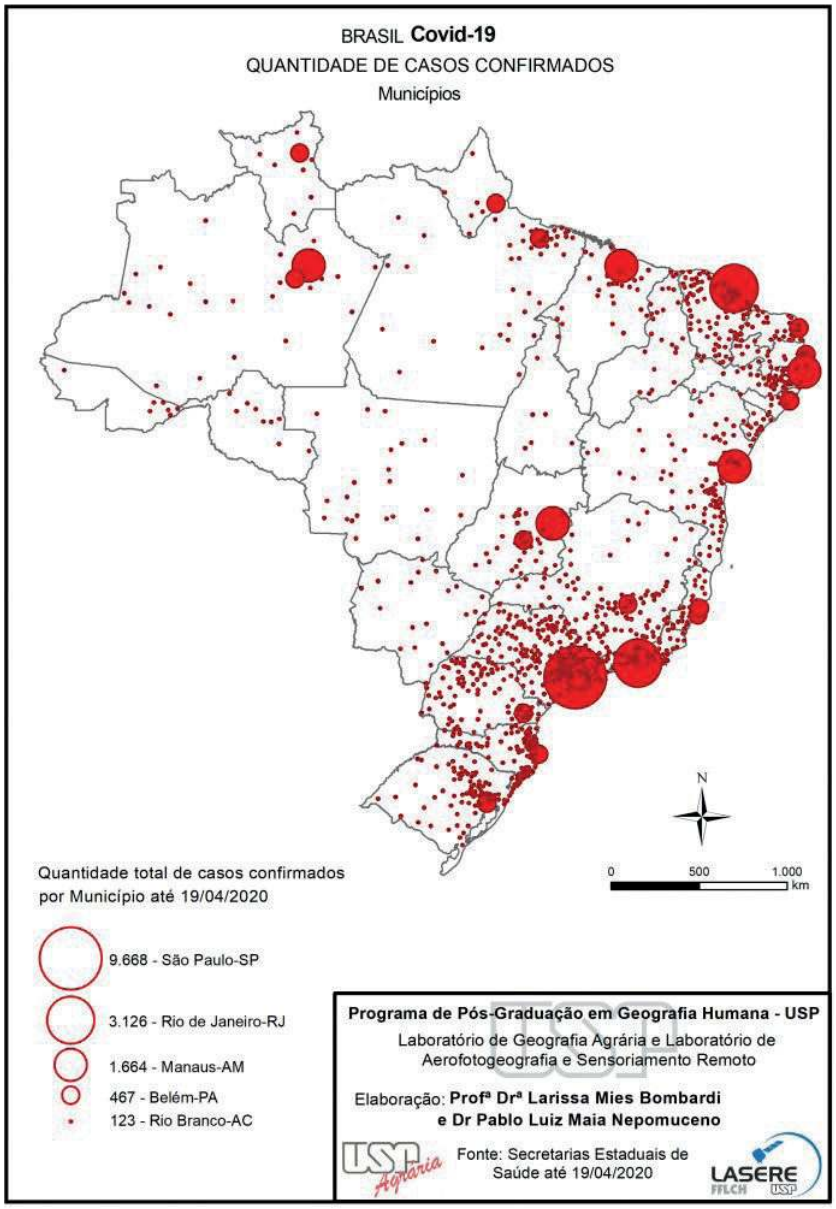
> Por isso que, no início das nossas medidas, no lugar de fecharmos o comércio, optamos em alterar o horário do comércio entre 9 às 15 horas. Nesse horário o sol está mais quente, em tese teríamos a redução do risco de contaminação pelo coronavírus. Com um risco maior à noite.

Entretanto, a partir de abril de 2020 as taxas de contaminação e óbitos por Covid-19 elevaram-se abruptamente nas capitais amazônicas, com destaque para Manaus/AM e Belém/PA. Ao mesmo tempo, a franca interiorização da doença rumo a pequenas cidades e a zonas rurais e ribeirinhas atacou os já frágeis sistemas de saúde municipais e estaduais, aprofundando de maneira crítica as históricas desigualdades sociais e regionais existentes no Brasil. Fica claramente demonstrado na Figura 1 que, embora apresentem densidade demográfica muito menor que o eixo Rio-São Paulo, as cidades do Norte alcançaram posições de destaque em número de casos de Covid-19.

Ainda em abril, o município de Santo Antônio do Içá, que tem 32 mil habitantes e fica no alto Rio Solimões, a mais de 800 km de Manaus, confirmou a primeira ocorrência de Covid-19 em indígena no Brasil. Outrossim, óbitos de indígenas pela doença também começaram a ser contabilizados nesse e em outros municípios amazonenses (RUBIM, 2020). No mesmo mês, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) já contava seis óbitos e aproximadamente 30 casos suspeitos de infecção por coronavírus em

comunidades quilombolas. Entre as mortes, duas haviam ocorrido no Amapá e duas no Pará (BOND, 2020).

Figura 1. Casos de covid-19 por município em 19 de abril de 2020



Fonte: Bombardi e Nepomuceno (2020).

Uma organização insurgente

A história da Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu) remonta a uma reunião realizada em novembro de 1999, em Santarém, no oeste do Pará. Nessa ocasião um grupo de quilombolas foi designado para coordenar, na esfera estadual, uma série de ações em defesa dos direitos humanos fundamentais de centenas de comunidades autodeclaradas remanescentes de quilombo, notadamente a defesa de

seus direitos territoriais, base para efetivação dos demais. Essa coordenação, criada em caráter provisório, ganhou personalidade jurídica em março de 2004, adotando o nome Malungu, cujo significado é companheiro (NASCIMENTO, 2020).

Atualmente, a entidade reúne cerca de 200 associações que, por sua vez, representam 528 comunidades quilombolas localizadas em 65 municípios do Pará (NASCIMENTO, 2020). Para atuar nessa vastidão territorial, a Malungu estruturou-se com uma coordenação executiva, cuja sede fica na capital, Belém, e cinco coordenações regionais, dotadas de secretaria e tesouraria: Baixo Amazonas, Guajarina, Ilha de Marajó, Nordeste Paraense e Tocantina. A associação conta, ainda, com assessoria jurídica, contábil e de projetos, além de uma rede de voluntários que atuam por demanda junto à coordenação executiva ou às coordenações regionais (CARVALHO *et al.*, 2021a).

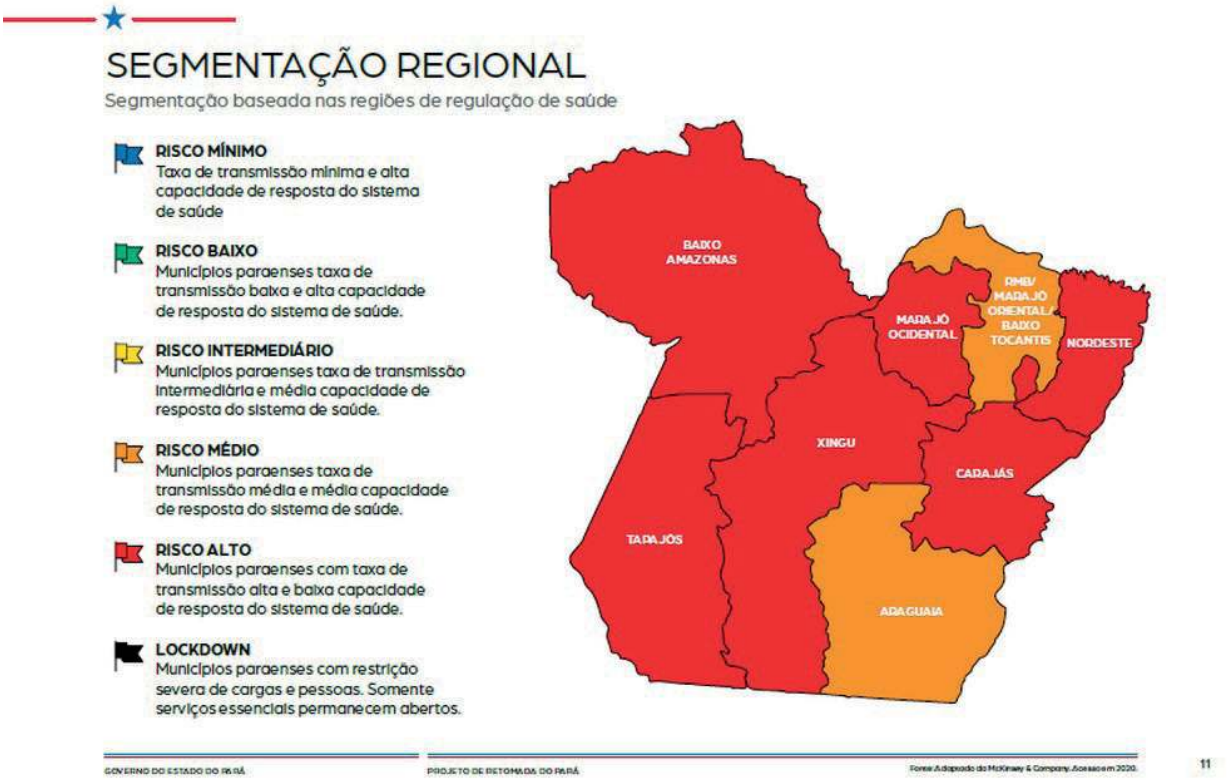
A descentralização da coordenação estadual obedece às características de espacialização e organização das comunidades quilombolas e suas respectivas entidades representativas. Logo, a regionalização da operação da Malungu não necessariamente corresponde às divisões geopolíticas do território paraense em mesorregiões, microrregiões e regiões de integração, embora seja preciso, frequentemente, observar tais formas de divisão para interagir com órgãos de Estado.

No caso da Covid-19, a Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) considera oito regiões de regulação de saúde para ponderar riscos e implementar medidas com foco na prevenção da doença. Na prática, as autoridades de saúde levam em conta fatores como a taxa de transmissão do coronavírus e a capacidade de resposta do sistema de saúde para proceder à sinalização de risco em cada região. Conforme os critérios vigentes, há seis estágios de risco sinalizados por bandeiras coloridas: azul (risco mínimo), verde (risco baixo), amarelo (risco intermediário), laranja (risco médio), vermelha (risco alto) e preta (risco muito alto, demandando a suspensão integral de serviços não essenciais, denominada *lockdown*).

Desde o início da pandemia, o Pará tem oscilado entre níveis intermediário e muito alto de risco. De acordo com o mapa representado na Figura 2 (G1-PA (2020), em fins de maio de 2020, após duas semanas de *lockdown* na capital e nas adjacências, seis das oito regiões de regulação de saúde do estado apresentavam alto índice de risco, e duas tinham risco médio.

Diante do progressivo agravamento do contexto pandêmico no Pará, sem que os poderes públicos constituídos assumissem compromissos de curto, médio e longo prazo no sentido da proteção da população quilombola, a Malungu passou a concentrar esforços no enfrentamento da pandemia. Esse problema ganhou prioridade entre tantas demandas cotidianas, com as quais a entidade lida, e tornou-se o objeto central de atenção de um comitê composto por coordenadores, pesquisadores e colaboradores da entidade. Como explicou Magno Nascimento, em comunicação pessoal, o grupo começara a discutir possíveis efeitos da pandemia entre janeiro e fevereiro de 2020, mas foi nos meses subsequentes que ações coordenadas foram delineadas em nível estadual.

Figura 2. Segmentação de risco no estado do Pará.



Fonte: G1-PA (2020).

> Em janeiro e fevereiro de 2020 a Malungu começa a se organizar para discutir isso. Se o mundo todo está sofrendo com Covid, por que nós, quilombolas amazônicos, no contexto de falta de estrutura, de vulnerabilização histórica, não vamos...? É aí que começa nós por nós. Seríamos apenas mais um a sofrer, sem ninguém por nós. Então a Malungu cria um comitê para começar as próprias ações de enfrentamento da pandemia nos quilombos. (Informação verbal).[5]

Na condição de membros orgânicos do movimento quilombola ou de assessores e colaboradores da Malungu, Carvalho *et al.* (2021a) narram como a associação tem se organizado para formular e executar ações autônomas em centenas de comunidades quilombolas. Diante das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia e da vastidão do território em foco – abrangendo, predominantemente, zonas rurais e ribeirinhas de difícil e custoso acesso, e com poucas opções de comunicação – os autores destacaram a importância da formação de uma ampla rede de voluntariado, conectada por meios virtuais, como estratégia para atingir o maior número possível de pessoas. Eles relatam que:

> [...] a Malungu mobilizou uma rede de voluntários para enfrentar o vírus e, ao mesmo tempo, a inoperância do Estado em adotar mecanismos específicos para conhecer, controlar e mitigar sua disseminação nos quilombos do Pará. Apoiadas por essa rede, as comunidades e associações quilombolas de diversas localidades desenvolveram protocolos próprios para lidar com a pandemia e seus (ainda) incomensuráveis impactos.

[5] Informação fornecida por Magno Nascimento em reunião realizada em 5 de março de 2021.

> Além de promoverem campanhas para informar, orientar e auxiliar a população na prevenção e no tratamento da Covid-19, a Malungu e organizações parceiras procederam à implantação de barreiras sanitárias, à arrecadação de fundos e doações de alimentos e itens de higiene, ao monitoramento da doença e à realização de um ciclo de debates sobre ela e seus efeitos na vida individual e coletiva dos quilombolas. (CARVALHO *et al.*, 2021a, p. 6-7).

Uma das principais iniciativas conduzidas no âmbito da parceria entre a Malungu e o Sacaca/Ufopa abrange a confecção de materiais informativos em suportes visuais, sonoros e audiovisuais. Com linguagem clara e de fácil compreensão, os informativos baseiam-se em orientações de órgãos como a Organização Mundial de Saúde, a Organização Panamericana de Saúde e o Ministério da Saúde. Em alguns casos, contudo, as orientações precisam ser adaptadas à realidade dos territórios quilombolas. Por exemplo, recomendações para higienização das mãos devem levar em conta que a maioria das comunidades não tem água encanada e se serve do líquido que é retirado diretamente de rios e lagos, e armazenado em bacias.

No que se refere à circulação, os materiais também devem ser passíveis de adaptação a diferentes condições de replicação. No caso de mensagens de áudio, por exemplo, as gravações duram, no máximo, 90 segundos, de modo que os arquivos sejam acessíveis em locais de difícil acesso à internet. Em algumas ocasiões, os arquivos sonoros são recebidos por um agente com acesso à rede e reproduzidos com auxílio de carros e bicicletas equipados com caixa de som.

Na elaboração dos materiais essencialmente visuais, genericamente chamados de "artes", tem-se buscado, acima de tudo, contemplar a identidade étnico-racial das comunidades quilombolas a fim de garantir a representatividade de pessoas negras em todos os produtos informativos, quer sejam dirigidos a elas próprias, quer pretendam alcançar públicos externos. Assume-se, portanto, que a negritude e a identidade quilombola são dimensões políticas do reconhecimento das comunidades representadas pela Malungu e não podem estar dissociadas de uma ação que vise contemplá-las, como exemplifica a Figura 3.

Figura 3. Informativo com recomendações para o uso de máscara



Fonte: Gabriel Baena (2020).

"Artes" compostas com fotografias de líderes quilombolas também têm sido utilizadas para sensibilizar as comunidades, como demonstra a Figura 4. Apostando na identificação do público com rostos familiares, procura-se revestir de credibilidade e afetividade mensagens cujo teor normalmente desagrada as pessoas mais resistentes às medidas restritivas relacionadas à pandemia da Covid-19.

Figura 4. Informativo com recomendações de prevenção.



Fonte: Gabriel Baena (2020).

Em abril, quando as "artes" da parceria Sacaca e Malungu começaram a ser divulgadas e replicadas nos grupos de WhatsApp e em redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter, ainda eram raros os conteúdos direcionados à população negra e às comunidades quilombolas nos veículos de comunicação. Os materiais chamaram atenção, não só das comunidades, mas também de jornais, sites de notícias e redes de TV, como exemplifica a reportagem ilustrada na Figura 5.

Carvalho *et al.* (2021a) defendem que as ações desenvolvidas pela Malungu com as demais associações quilombolas e seus parceiros têm configurado experiências verdadeiramente insurgentes. As experiências mais radicais, nesse sentido, são as de construção de protocolos próprios que dispõem sobre regras de entrada e trânsito nos territórios quilombolas, inclusive com instalação de barreiras sanitárias, suspensão de tráfego de embarcações, fiscalização em vias de acesso e sinalização, com banners e faixas (Figura 6), de áreas de circulação visando à conscientização de transeuntes.

Figura 5. Reportagem da TV Liberal.



Fonte: Globoplay (2020).

Figura 6. Banner para barreira sanitária.



Fonte: Gabriel Baena (2020).

Reportando-se à experiência de quilombos localizados em Salvaterra, na Ilha de Marajó, Marin e Souza (2020) enfatizam o papel das barreiras sanitárias no processo de auto-organização comunitária e unificação territorial. Os autores demonstram, ainda, que, ao exercerem a governança do próprio território, os quilombolas se rebelaram contra a ordem estabelecida pelo poder público municipal, junto ao qual foram necessárias estratégias de diálogo e pressão.

> Sem decreto publicado, sem título, sem demarcação, sem retórica, o território tem uma existência social e política afirmada pelo próprio grupo, pois é essa a condição para a prática de prevenção e proteção; dessa maneira, o território foi unificado política e simbolicamente com as faixas em cada porteira, portão ou barreira, com os discursos e, especialmente, com a unidade de ação política.
>
> No primeiro momento esse ato de governança dos quilombolas teve impacto e foram necessários diálogos e pressão persistente junto ao Executivo municipal para que compreendesse e apoiasse a decisão de fechamento com barreiras dos ramais. (MARIN; SOUZA, 2020, p. 717-718).

Carvalho *et al.* (2021a) mencionam a experiência da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do município de Oriximiná (ARQMO), de edição de uma resolução interna limitando o fluxo de embarcações nos oito territórios quilombolas do município, que fica a noroeste do Pará. Remetendo-se ao outro extremo do estado, os pesquisadores também

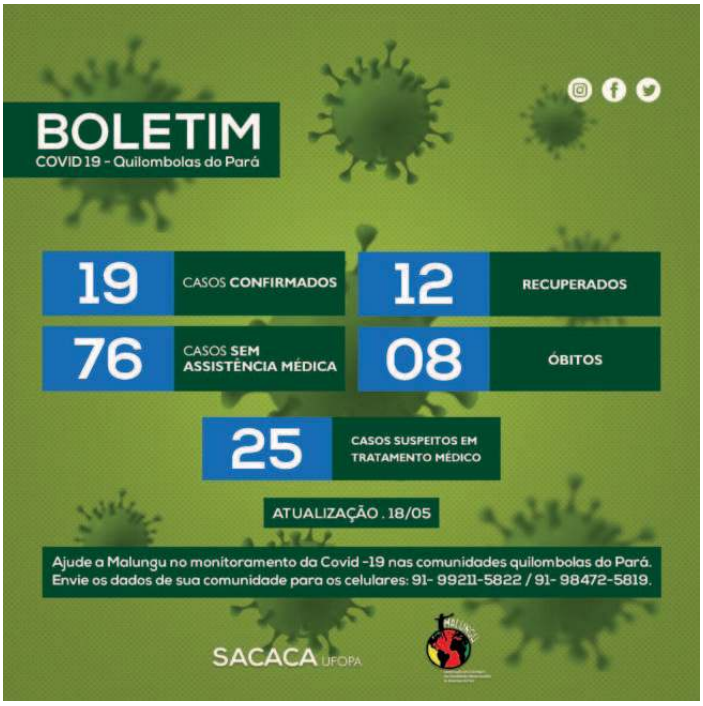
citam a experiência do quilombo de Pitimandeua, que conseguiu obter do Ministério Público em Inhangapi a edição de recomendações para restringir a circulação de pessoas nos ramais que atravessam a comunidade (CARVALHO *et al.*, 2021a). Os autores concluem:

> Assim como o direito oficial, oriundo do Estado, admitiu excepcionalidades durante a pandemia, as comunidades também acionaram usos excepcionais do direito ao território.
>
> Foi possível identificar, também, que o direito ao território não se limita aos institutos do direito civil referentes a posse e propriedade. Nem todas as comunidades quilombolas que realizaram barreiras sanitárias têm a totalidade da posse de seu território, menos ainda o título definitivo da área defendida para isolamento social comunitário. (CARVALHO *et al.*, 2021a, p. 18).

A insurgência das comunidades quilombolas do Pará, manifestada nas formas excepcionais de apropriação e exercício de direitos territoriais, revelou-se também no modo como a Malungu coordenou ações autônomas de monitoramento epidemiológico em nível estadual, implementadas com a ajuda dos próprios quilombolas e colaboradores de várias áreas de conhecimento, não necessariamente especialistas em epidemiologia. Sem qualquer apoio do Estado e dos serviços públicos de saúde, a Malungu desenvolveu, com ação direta de centenas de comunidades e colaboradores, um sistema próprio de vigilância epidemiológica.

Tal sistema, iniciado em maio de 2020, parte do levantamento de dados locais para a elaboração de boletins epidemiológicos estaduais com periodicidade variável. A responsabilidade pelo levantamento dos dados recai sobre voluntários, líderes comunitários e moradores em geral. Eles coletam e transmitem, por telefone ou aplicativo de mensagens, informes de casos de Covid-19 a um coordenador da Malungu, baseado em Belém, que reúne as informações provenientes de diferentes localidades para publicação dos boletins.

Figura 7. Primeiro boletim, de 18 de maio de 2020.



Fonte: Gabriel Baena (2020).

Embora alguns dados pessoais das vítimas da doença sejam coletados, eles permanecem reservados sob guarda da coordenação da Malungu, e os boletins contêm apenas números, como se vê na Figura 7. Os casos são classificados nas seguintes categorias: confirmados, quando exames comprovam a contaminação do paciente pelo coronavírus; recuperados, suspeitos em tratamento médico, no caso de pessoas que apresentam sintomas de Covid-19 e estão sendo atendidas por médicos; suspeitos sem assistência médica, no caso de pessoas que apresentam sintomas, mas não buscam ou não conseguem obter atendimento em saúde; hospitalizados, em casos de internação; óbitos, em casos de morte

confirmada por Covid-19; e óbitos em investigação, em casos de morte com sintomatologia compatível com a doença, porém sem confirmação.

De 18 de maio a 25 de agosto de 2020, os boletins foram publicados ininterruptamente, totalizando uma série de cem dias ao longo dos quais o Pará se destacou no cenário nacional como o estado que contabiliza o maior número de casos e óbitos causados por Covid-19 entre quilombolas (COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DE QUILOMBOS, 2020). Quase doze meses depois do primeiro registro da doença em território quilombola paraense, a lamentável posição do estado se mantém, inabalável. Em levantamento nacional de 4 de março de 2021, ilustrado na Figura 8, o Pará aparece com 61 óbitos, isto é, 23 a mais que o número registrado no estado do Rio de Janeiro, o segundo em quantidade de mortes de quilombolas por Covid-19 no Brasil.

Figura 8. Mortes causadas por Covid-19 em territórios quilombolas

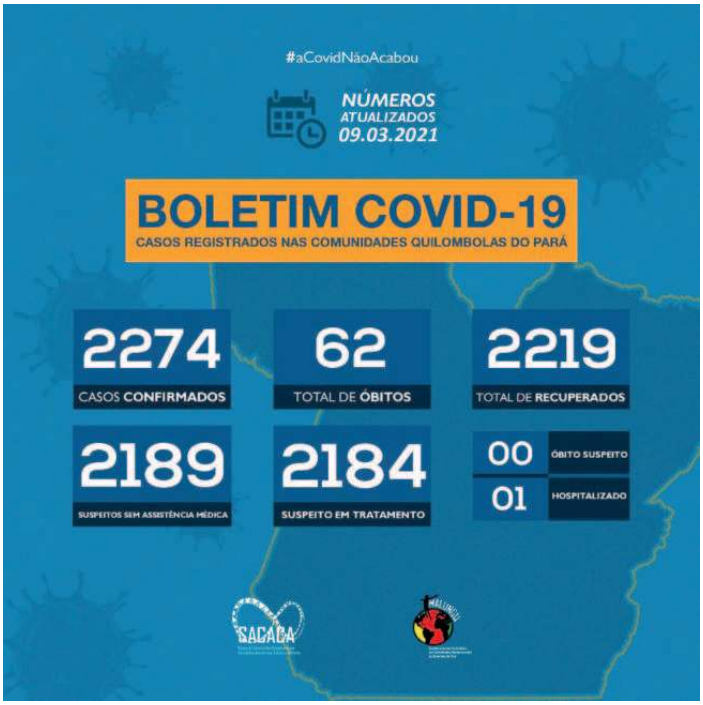


Fonte: Albuquerque (2021).

Após 25 de agosto de 2020, os boletins epidemiológicos da Malungu passaram a ter periodicidade variável. O centésimo primeiro boletim saiu em 30 de agosto, e em setembro houve apenas oito boletins. Em outubro, o número caiu para cinco, mantendo-se igual no mês seguinte. Já em dezembro emitiu-se um único boletim. Desde janeiro de 2021, quando houve falta de oxigênio na rede de saúde do Amazonas; passando por fevereiro, com lockdown na região de regulação do Baixo Amazonas; e até o encerramento destas linhas, em 9 de março, os boletins têm sido mais frequentes. Nesta data, as mortes já ultrapassam o número que foi recentemente noticiado por Albuquerque (2021), como se vê na Figura 9.

Os técnicos responsáveis pela compilação e divulgação dos boletins reconhecem que eles apresentam lacunas e imprecisões devido a variados fatores. O principal deles é a falta/dificul-

Figura 9. Boletim de 9 de março de 2021.



Fonte: Chêne (2021).

dade de acesso à internet e telefonia na maioria das comunidades quilombolas, que impede a regular comunicação com a coordenação estadual. Com efeito, Carvalho *et al.* (2021b) informam que os números obtidos pela entidade se referem a cerca de 30% dos quilombos paraenses. Além disso, os autores afirmam que a subnotificação dos casos é empiricamente observada no cotidiano das comunidades quilombolas (CARVALHO *et al.*, 2021b).

Apesar das limitações, contudo, o sistema de vigilância epidemiológica implantado pela Malungu junto com as comunidades quilombolas do Pará tem notáveis impactos. Não bastasse ser a única fonte de informação sobre a propagação da Covid-19 em um cenário caracterizado pela omissão estatal em lidar com a situação específica dessa parcela da população brasileira, o trabalho da Malungu e seus parceiros têm orientado a adoção de protocolos comunitários para monitorar a pandemia e seus (ainda) incomensuráveis impactos.

Considerações Finais

As iniciativas conduzidas no âmbito da parceria entre a Malungu e o núcleo universitário Sacaca/UFOPA fazem parte de um processo coletivo de acionamento de meios inovadores, no cotidiano das comunidades e organizações quilombolas do Pará, para lidar com uma doença emergente que tem provocado alterações significativas nos hábitos de grande parte da população mundial. As articulações para enfrentamento da pandemia de Covid-19 são o contexto da intensificação do uso de redes sociais nos espaços de ação quilombola.

Nas experiências abordadas neste artigo, resta claro que as articulações sociopolíticas promovidas através de aplicativos de comunicação on-line e de redes sociais têm sido fundamentais para a produção a circulação de informações relativas à pandemia. As informações assim geradas e/ou divulgadas, por sua vez, têm sido essenciais para as tomadas de decisão envolvidas no combate da doença nas comunidades quilombolas do estado.

Constituindo-se como privilegiados canais de expressão de ideias e circulação de informações, a internet e as redes sociais tornaram-se arenas de luta política por reconhecimento e visibilidade. Mediante os desafios impostos pelo surto de Covid-19, as comunidades quilombolas do Pará e suas entidades representativas viram-se instadas a explorar novas formas de organização social para prosseguir a luta por direitos fundamentais, inclusive à vida e à saúde.

Referências

ALBUQUERQUE, J. Boletim epidemiológico: COVID-19 nos quilombos. **CONAQ**, Brasília, DF, 4 mar. 2021. Disponível em: http://conaq.org.br/noticias/covid-19-nos-quilombos/. Acesso em: 8 mar. 2021.

ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A.; MELO, E. A. de. **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições: PNCSA, 2020.

ÁVILA, M. de S. F.; BASTOS, A. E. R.; ZAMBROTTI, G. T. R. Lesões cutâneas e COVID-19. *In*: NORBERG, A. N. *et al.* (*org.*). **COVID-19**: saúde e interdisciplinaridade. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2020. p. 25-49.

BARGAS, J. K. R. **Quilombolas do Pará e mídias digitais**: sociabilidade, conflito e mobilização online nas lutas por reconhecimento. 2018. 201 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

BOMBARDI, L. M.; NEPOMUCENO, P. L. M. Covid-19, desigualdade social e tragédia no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 29 abr. 2020. Disponível em: https://diplomatique.org.br/covid-19-desigualdade-social-e-tragedia-no-brasil/. Acesso em: 4 mar. 2021.

BOND, L. Comunidades quilombolas têm seis mortes pela covid-19. **Agência Brasil**, São Paulo, 24 abr. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/comunidades-quilombolas-tem-seis-mortes-pela-covid-19. Acesso em: 4 mar. 2021.

BRASIL, L. de O. F.; TAVARES, A. S.; MANHÃES, F. C. Subnotificação crônica: a importância da notificação de casos e o impacto no planejamento em saúde. *In*: NORBERG, A. N. *et al.* (*org.*). **COVID-19**: saúde e interdisciplinaridade. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2020. p. 237-253.

CARVALHO, F. P. de *et al.* A construção de conhecimentos como ferramenta contra o racismo em tempos de pandemia. *In*: ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A.; MELO, E. A. de (*org.*). **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições: PNCSA, 2020. p. 903-926.

CARVALHO, L. G. de *et al.* Direito ao território quilombola na Amazônia e a pandemia: as experiências da Malungu na vigilância comunitária em saúde para defesa da vida e do território. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**. Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 102-124, 2021a.

CARVALHO, L. G. de; NASCIMENTO, R. M. C.; CHÊNE, S. G. B. Cem dias de "virose braba" no quilombo. **Boletim "A questão étnico-racial em tempos de crise"**, ANPOCS, n. 46, 29 jan. 2021b. Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2497-boletim-a-questao-etnico-racial-em-tempos-de-crise-n-46. Acesso em: 8 mar. 2021.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

S. G. B. **Nós por nós**: enfrentamento da Covid-19 nos quilombos do Pará. 2020. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2021.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DE QUILOMBOS. Observatório da Covid-19 nos Quilombos. **CONAQ**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://quilombosemcovid19.org/. Acesso em: 30 set. 2020.

FAIAL, L. C. M.; FAIAL, C. S. G. Implicações hematológicas da doença coronavírus 2019 (COVID-19). *In*: NORBERG, A. N. *et al.* (*org.*). **COVID-19**: saúde e interdisciplinaridade. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2020. p. 224-236.

GAMA, A. Médico, prefeito no Pará crê que sol quente mata covid e não fecha comércio. **Notícias UOL Saúde**, São Paulo, 27 abr. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/27/medico-prefeito-no-para-cre-que-sol-quente-mata-covid-e-nao-fecha-comercio.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 8 mar. 2020.

GONÇALVES, D. N. Novas formas de participação: a política em tempos de Facebook. *In*: BEZERRA, M. O.; COMERFORD, J.; PALMEIRA, M. (*org.*). **Questões e dimensões da política**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2017. p. 1-11.

G1-PA. Governo do Pará anuncia plano de reabertura econômica por região; shoppings, igrejas e salões de beleza reabrem em Belém na segunda. **1º. G1-PA**, Belém, PA, 29 maio 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/29/governo-apresenta-plano-para-reabertura-gradual-de-comercio-e-servicos.ghtml. Acesso em: 9 mar. 2021.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 29, p. 25-44, 2012.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

MARIN, R. E. A.; SOUZA, J. L. S. de. Ações e mobilizações para evitar se expor à morte no território quilombola de Salvaterra. *In*: ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A.; MELO, E. A. de (*org.*). **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições: PNCSA, 2020. p. 711-739.

NASCIMENTO, M. Malungu: uma história de luta e resistência contra o racismo e defesa dos direitos quilombolas no estado do Pará. **CONAQ**, Brasília, DF, 20 nov. 2020. Disponível em: http://conaq.org.br/noticias/malungu-uma-historia-de-luta-e-resistencia-contra-o-racismo-e-defesa-dos-direitos-quilombolas-no-estado-do-para/. Acesso em: 20 nov. 2020.

RUBIM, A. C. O novo coronavírus a kutipa/kanuparita dos povos indígenas no século XXI. *In*: ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A.; MELO, E. A. de (*org.*). **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições: PNCSA, 2020. p. 387-404.

SANAR. **Linha do tempo do Coronavírus no Brasil**. 2021. Disponível em: https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil. Acesso em: 4 mar. 2021.

SANT'ANNA, N. F.; MANHÃES, F. C.; NORBERG, A. N. O que sabemos sobre a COVID-19: uma revisão interdisciplinar da gripe que se transformou na maior pandemia de todos os tempos. *In*: NORBERG, A. N. *et al.* (*org.*). **COVID-19**: saúde e interdisciplinaridade. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2020. p. 10-24.

VERDUM, R. Epidemias, território e povos indígenas: contribuição a uma antropologia histórica crítica. *In*: ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A.; MELO, E. A. de (*org.*). **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições: PNCSA, 2020. p. 265-281.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS). **WHO**. 2020. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/severe-acute-respiratory-syndrome#tab=tab_1. Acesso em: 4 mar. 2021.

XAVIER, F. *et al.* Análise de redes sociais como estratégia de apoio à vigilância em saúde durante a Covid-19. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 261-282, 2020.